

Mulheres, Raça e Classe: a proposta interseccional de Angela Davis

Elisangela Gonçalves de Jesus¹

Resenha do livro *Mulher, Raça e Classe*, de Angela Davis.²

HISTÓRICA MILITANTE DO MOVIMENTO NEGRO NORTE-AMERICANO DA DÉCADA DE 1970 ATÉ A ATUALIDADE, a filósofa socialista, professora de História da Consciência (Universidade de Califórnia, EUA), dirigente do Partido Comunista dos Estados Unidos, ex-integrante das Panteras Negras e investigadora especializada em feminismo, marxismo, abolicionismo do sistema penitenciário, teoria crítica e estudos afro-americanos Angela Davis é uma importante figura e voz inaugural do feminismo negro.

Sua obra *Mulheres, raça e classe*, publicada originalmente em 1981 reúne treze ensaios que apresentam uma análise cruzada, interseccional e dialética da história das mulheres norte-americanas do século XIX e início do XX, na qual analisa o lugar, as lutas e a vida das mulheres negras escravizadas, as lutas pela abolição da escravatura e pelo voto das mulheres e as diferentes figuras políticas que se destacaram nessas lutas. Trata-se de um trabalho tanto de pesquisa documental quanto de experiência vivida. Davis retrata como as mulheres negras, suas organizações e as das mulheres brancas, desenvolviam suas estratégias pelas suas reivindicações, às vezes, coincidindo, outras, em disputa direta, seja pelas formas e caminhos traçados por cada grupo, seja pelas pautas que cada uma avaliava como substancial. Boa parte do livro gira em torno da questão de como as estratégias das mulheres pelo sufrágio foram assumindo em distintos momentos posições racistas ao assumir a supremacia da raça branca como ideologia geral da época.

A autora destaca ainda a luta de personalidades antirracistas negras e brancas e faz um relato detalhado das batalhas feministas de fim do século XIX e início do XX, articulando questões de gênero, classe social e raça e discutindo sobre como cada um desses pontos adquirem dominância diferenciada em diferentes períodos da luta política. O texto é um exemplar de como realizar análises interseccionais (conceito este, o de interseccionalidade, que seria cunhado mais tarde por Kimberle Crenshaw), na medida em que examina como as categorias gênero, raça e classe interagem em níveis múltiplos e muitas vezes simultâneos, entretanto, ao longo de sua escrita, ratifica que a questão racial, sempre foi marginalizada nos debates feministas hegemônicos, ou preterida a um assunto apenas de mulheres negras. Tal debate no livro é central posto que, faz referência à constituição de uma cultura fundamentada em hierarquias raciais. Se o gênero é uma categoria relacional, que não diz respeito apenas às mulheres, raça funciona do mesmo modo, não restringindo-se apenas às negras e aos negros, mas às relações de dominância entre grupos étnicos.

Na abertura de seu livro, Davis discorre sobre a necessidade e importância de se racializar o debate político num país de herança escravagista. Para tanto, relata a desumanização das pessoas escravizadas, o esfacelamento

¹ Universidade Federal da Bahia. E-mail: lisgoncalves14@gmail.com.

² DAVIS, A. *Mulher, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

das famílias negras dentre outras atrocidades, reforçando a ideia, a priori, de que a herança cultural, social e as experiências das mulheres negras, neste continente, em nada se parecem às das suas “irmãs” brancas e, portanto, às suas lutas políticas e pautas. Nessa direção, Davis argumenta que a categoria “mulher” pode ser uma armadilha, quando encontra-se desassociada do seu contexto racial e de classe. Os mitos fundadores da feminilidade são, na verdade, construções políticas de um projeto capitalista que precisa da produção e reprodução dos seres humanos para o trabalho, mediante a criação da figura da “bela recatada e do lar”, ao mesmo tempo em que pormenoriza o trabalho doméstico como não produtivo e sem remuneração. Mas esse mito, como destaca a Angela Davis, não tem correspondência nem aplicação às mulheres negras, que, tanto durante, quanto após o processo de escravidão, trabalharam fora de casa em todo tipo de labuta, em condições mais duras e cruéis do que os homens negros e as mulheres brancas, como lembrou a abolicionista afro-americana e ativista dos direitos das mulheres Sojourner Truth quando perguntava, ininterrupta e provocativamente, “e eu não sou uma mulher?”.

Mas não apenas os sofrimentos são parte deste relato; as estratégias de resistência marcam o quadro da insubordinação negra no país. Neste sentido, o livro convida a entender melhor os chamados “feminismos negros” enquanto muito mais do que feminismos para mulheres negras.

O capítulo 2 relata o cruzamento existente entre as origens, a luta antiescravagista e a organização das mulheres brancas, que encontravam, na luta abolicionista, um espaço onde pudessem externar suas reivindicações políticas à vez que exerciam uma praxe política negada pelo voto, praxe essa que seria crucial para as lutas sufragistas que viriam nas décadas posteriores. Nos capítulos 3, 4 e 7, analisam-se os conflitos raciais e de classe dentro do movimento sufragista das mulheres, mostrando como as pessoas brancas que tinham sido abolicionistas defendiam os capitalistas industriais e ignoravam a classe trabalhadora branca, no mesmo movimento em que apoiavam o voto das mulheres brancas. Nestes capítulos se descrevem as tensões entre feministas brancas sufragistas e lideranças negras, em relação com as classes proprietárias industriais e os interesses partidários de republicanos e democratas.

O capítulo 5 examina o período pós-escravagista, onde as mulheres negras desenvolviam fundamentalmente o trabalho doméstico em casas de brancos, bem como o trabalho na lavoura, e a população carcerária negra crescia vertiginosamente, passando a formar parte de um contingente de mão de obra presidiária cujas condições de vida eram similares às condições de vida dos negros e negras no período da escravidão. Estas análises subsidiam as posições a favor do abolicionismo penal e contra certo punitivismo do feminismo e de alguns movimentos sociais. No capítulo 6, mostra-se como a comunidade negra se mobilizou a favor da educação e, nos capítulos 8 e 9, descreve-se a organização das mulheres negras e destaca-se algumas figuras como Ida Wells e Mary Terrell, além das discussões e posições sobre o que se chama de “branco como leite” movimento sufragista feminino.

No capítulo 10, Davis visibiliza diferentes figuras femininas relevantes, brancas e negras, do movimento comunista. No capítulo 11, desconstrói o mito do homem negro estuproador, descrevendo o estupro como um pretexto punitivo contra homens negros e como prática disciplinadora levada à frente pelo Estado, a exemplo dos estupros levados a cabo pelos soldados durante a Guerra de Vietnam, como uma política não escrita, mas sistemática. Nesse capítulo, a autora relata com bastante vigor o linchamento frequente de homens negros sob a acusação de estupro, linchamentos que viraram moeda corrente, instalaram o terror na população negra e desafiaram a luta sexista das mulheres negras para proteger aos da sua raça. O estupro passou a ser uma arma política dos supremacistas brancos contra os negros e essa representação do “negro violador por instinto” penetrou

profundamente até nos setores mais progressistas. Homens brancos estupradores eram e ainda continuam sendo invisíveis até para o sistema judiciário.

O capítulo 12 descreve como as políticas racistas das primeiras décadas do século XX se utilizaram da esterilização forçada para o controle da população negra, colocando novamente sob tensão os direitos reprodutivos e sexuais reclamados pelas mulheres. Por último, o capítulo 13 centra-se no trabalho doméstico, realizando um interessante apanhado histórico sobre como, em distintas sociedades e em momentos diferentes, este cumpria um papel diferenciado e particular, enquanto traz o debate contemporâneo sobre o lugar da força de trabalho doméstico na reprodução do capital, reivindicando a industrialização e profissionalização do trabalho doméstico e isentando as mulheres desse trabalho, como estratégia fundamental da libertação feminina.

Enfim, racializando o gênero e a classe de todos os sujeitos sociais, evitando determinações apriorísticas, Angela Davis destrincha a dialética do poder nesse período histórico, de forma detalhada e minuciosamente documentada com fontes históricas, onde é possível entender como, em conjunturas específicas, a supremacia androcêntrica, de classe ou racial tomavam conta dos movimentos sociais, realizando uma verdadeira genealogia destes movimentos norte-americanos envolvidos nas lutas antiescravagistas e feministas.

Recebido em: 04/05/2022

Aceito em: 20/12/2022